

07.Outubro.2011 – 09h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Federação Nacional de Professores

Recebidos por: Deputados Acácio Pinto, Amadeu Soares Albergaria, Ana Drago, Ana Jorge, Carlos Enes, Duarte Marques, Emídio Guerreiro, Isilda Aguincha, Margarida Almeida, Maria Conceição Pereira, Maria José Castelo Branco, Michael Seufert, Miguel Tiago, Odete João, Paulo Cavaleiro, Pedro Delgado Alves, Pedro Pimpão, Emília Santos, Inês Teotónio Pereira, Maria Ester Vargas, Maria Manuela Tender e Rosa Arezes

Assunto: Concurso para contratação de pessoal docente

Exposição: O Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira, justificou o pedido de audiência referindo que está em causa o concurso público visando a selecção de docentes para contratação e a apresentação de queixa por indícios de manipulação de dados no mesmo. A esse propósito referiu que têm tido reuniões com várias entidades, nomeadamente com a Procuradoria-Geral da República.

Desenvolvendo a questão, referiu que estão em causa as colocações para necessidades transitórias, após 31 de Agosto e que o sistema foi alterado há 2 anos, com “bolsas de recrutamento”, sistema que considera pouco transparente. Este ano houve problemas acrescidos na “2.ª Bolsa de Recrutamento”, dado que os professores mais graduados, somando a classificação profissional e o tempo de serviço como contratados, candidatam-se apenas a horários “anuais” e não a horários “anuais e temporários”, tendo-se verificado que muitos professores que estavam nos primeiros lugares da bolsa não foram colocados e outros que estavam em lugares mais abaixo obtiveram colocação.

Mencionou ainda que na 2ª Bolsa houve cerca de 350 horários anuais e mais de 2500 temporários e em relação a muitos horários que as escolas indicavam ser anuais, a base de dados só permitia a sua introdução como temporários. Para ilustrar a situação, deixou um dossier com informações de várias escolas.

Nesta sequência concluiu que há indícios de manipulação da base de dados, porque a aplicação sofreu alterações, estando bloqueado um campo fundamental, não podendo as escolas descarregar os horários anuais na opção correspondente, sendo obrigadas a descarregar na única disponível, de horários temporários, sob pena de não ser colocado qualquer docente.

Assim, referiu que a situação gerou prejuízos para vários professores, que tendo muitos anos como contratados, continuam por colocar e como tal desempregados. Consequentemente, pedem a intervenção da Assembleia da República no sentido de ser feita uma auditoria ao procedimento adoptado na “2.ª Bolsa de Recrutamento” e às suas consequências, para que os professores envolvidos não sejam penalizados.

Interviu de seguida o deputado Emídio Guerreiro (PSD), que referiu que em várias escolas que visitou e pelas informações dos responsáveis do Ministério da Educação, não houve irregularidades, o que se verifica é a existência de menos horários disponíveis e menos necessidades de professores.

O deputado Acácio Pinto (PS) mencionou que existiram necessidades permanentes que geraram horários mensais e que o PS apoia o escrutínio das situações que geraram irregularidades e a reposição das situações.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu a dificuldade de verificar se houve manipulação de dados, embora pareça que tal não aconteceu, mas que a Procuradoria Geral da República investigará.

O deputado Miguel Tiago (PCP) defendeu que a manipulação de dados visa desacreditar os concursos e dar preferência à Contratação de Escola, para além de poupar tempo de serviço das contratações, entendendo que se verifica uma situação de fraude. Realçou ainda que as necessidades anuais não podem gerar contratos mensais, com renovações mês a mês.

A deputada Ana Drago (BE) referiu a apresentação de requerimentos por vários Grupos Parlamentares para a vinda dos responsáveis do Ministério da Educação à Comissão, para esclarecerem a situação, e a sua inviabilização pelo PSD e pelo CDS-PP e por outro lado a vinda dos mesmos ao Plenário da Assembleia da República, por agendamento do PCP. Defendeu ainda que é importante esclarecer a situação.

O Secretário Geral da FENPROF informou que em Junho/Julho vários professores foram informados de que o seu contrato terminava naquele momento e não em 31 de Agosto, como era habitual.

Havendo redução do número de horários e menos cerca de 10000 professores colocados, verifica-se ainda que houve colocações de professores com menos tempo de contratação, em prejuízo dos que tinham mais tempo, entendendo que há indícios de manipulação da base de dados. Reafirmou depois que o sistema das “bolsas de recrutamento” é opaco, dado que o professor só vê a sua colocação e não percebe que houve outras colocações de colegas com menos tempo de serviço.

De seguida informou que já houve 1346 consultas prévias à “2.ª Bolsa de Recrutamento” e 152 recursos de professores.

O dossier com documentação que foi entregue, pode ser consultado na página da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, o mesmo acontecendo com a gravação da reunião, em: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudiencia.aspx?BID=91252>

Palácio de São Bento, 07 de Outubro 2011

A Assessora,
Teresa Fernandes